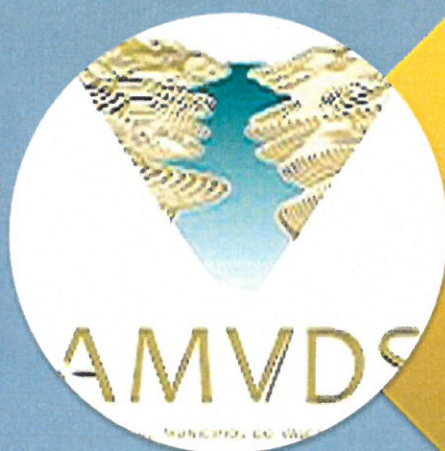


GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2016

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

*ata nº 1 / 2016 C.D.
ata nº 1 / 2016 A.I*

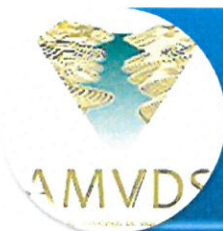


AMVDS

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO DOURO SUL

GRANDES OPÇÃO DO PLANO E ORÇAMENTO 2016

***“Estratégia de desenvolvimento
do Douro Sul 2025”***



GRANDES OPÇÕES DO PLANO ENQUADRAMENTO

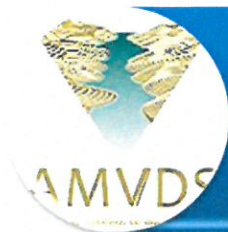
De acordo com o Artigo 13.º, alínea c), dos Estatutos da AMVDS, compete ao Conselho Diretivo “Elaborar as propostas de Grandes Opções do Plano e do Orçamento, e submetê-las à aprovação da AI no decurso do mês de novembro ou dezembro, bem como as revisões a um e outro”.

O ponto 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais -POCAL estipula que os documentos previsionais são as “Grandes Opções do Plano e Orçamento”, sendo que nas Grandes Opções são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da entidade e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Intermunicipal.

Em consonância com o Decreto - Lei nº 54 - A /99 de 22 de Fevereiro, apresentam-se as Grandes Opções do Plano, o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2016, elaborados em conformidade com o estipulado na legislação aplicável e dos estatutos da Associação.

Todas as receitas e despesas previstas a realizar em 2016, encontram-se inseridas no Orçamento e ordenadas de acordo com o código de contas estabelecido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Foram observados e cumpridos todos os princípios e regras orçamentais previstos no POCAL.



CONTEXTO CONJUNTURA

As Grandes Opções do Plano e Orçamento da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul para 2016 são elaboradas num contexto de algumas restrições à atividade municipal e intermunicipal, ainda em resultado da crise económica e financeira que o país tem atravessado nos últimos anos.

Para além desta realidade conjuntural, importa também registar alguma indefinição nas políticas de desenvolvimento territorial ao nível do associativismo municipal.

A dinâmica em torno do quadro de programação financeira comunitário Portugal 2020 representa outro fator com grande relevância no que respeita à atividade da AMVDS, sendo que ainda não se concretizou em pleno a entrada em execução deste instrumento de financiamento que poderá alavancar a concretização de projetos.

Estes constrangimentos, associados a outros fatores, condicionaram a atividade da Associação em 2015, pelo que pretendemos que em 2016 se registre outro nível de concretização de projetos.

Entendemos que em 2016, já com o Portugal 2020 em pleno funcionamento, representará **novos desafios e novas oportunidades** à gestão municipal e intermunicipal, sendo determinante para a região do Vale do Douro Sul o **posicionamento da AMVDS perante este importante instrumento de financiamento**, pois acreditamos que um forte envolvimento significará a captação de recursos financeiros indispensáveis ao desenvolvimento da região.

A concretização do plano **“Estratégia de desenvolvimento Vale do Douro Sul 2025”** permite à AMVDS dispor de um importantíssimo instrumento de gestão que sendo um “guião aberto”, contém o alinhamento estratégico da região para os próximos anos.

Entendemos relevante **sinalizar o objetivo de concretizar a estratégia apontada para o Douro Sul, no referido plano estratégico**, desenvolvendo em 2016 as iniciativas necessárias à sua implementação.

Tendo em consideração o descrito, as GOP's para 2016, manterão no essencial o vertido no documento do ano anterior.



Visão

Os documentos previsionais como instrumento de concretização das políticas da AMVDS, terão forçosamente de estar alinhados com o documento estratégico 2025, assim assumimos:

Visão

“Vale do Douro Sul 2025: território inclusivo, solidário, inteligente e sustentável que se projeta numa região alargada e de referência à escala nacional e internacional”

A Visão 2016 do Vale do Douro Sul resulta essencialmente de um conjunto de grandes desafios de afirmação:

- A. Consolidar e articular interna e externamente um território que se integra no “Douro Alargado”
- B. Apostar no desenvolvimento competitivo das fileiras estratégicas da região
- C. Reforçar as condições para a qualificação do seu capital sociocultural e fixação de população jovem e qualificada
- D. Mobilizar energias e conhecimento para o acesso da região aos grandes mercados
- E. Potenciar um novo modelo institucional e de governação



LINHAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

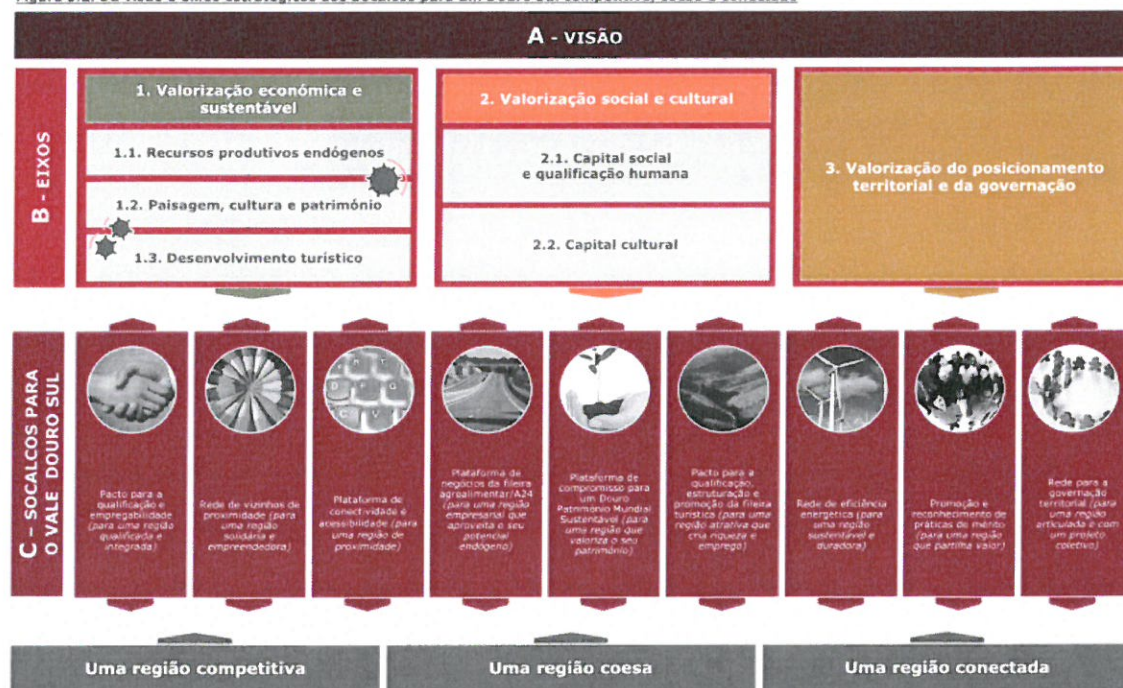
No documento estratégico da AMVDS 2025 apresenta-se a formulação do quadro estratégico que elenca, a partir da visão e dos grandes desafios, três grandes eixos de valorização estratégica:

- Valorização económica e sustentável dos recursos produtivos e territoriais
- Valorização da componente social e cultural
- Valorização do posicionamento territorial e de governação

Por sua vez a estratégia contida nestes três eixos é materializada através da concretização do que são designados os nove socalcos para o Vale do Douro Sul, conforme apresentação da figura seguinte.

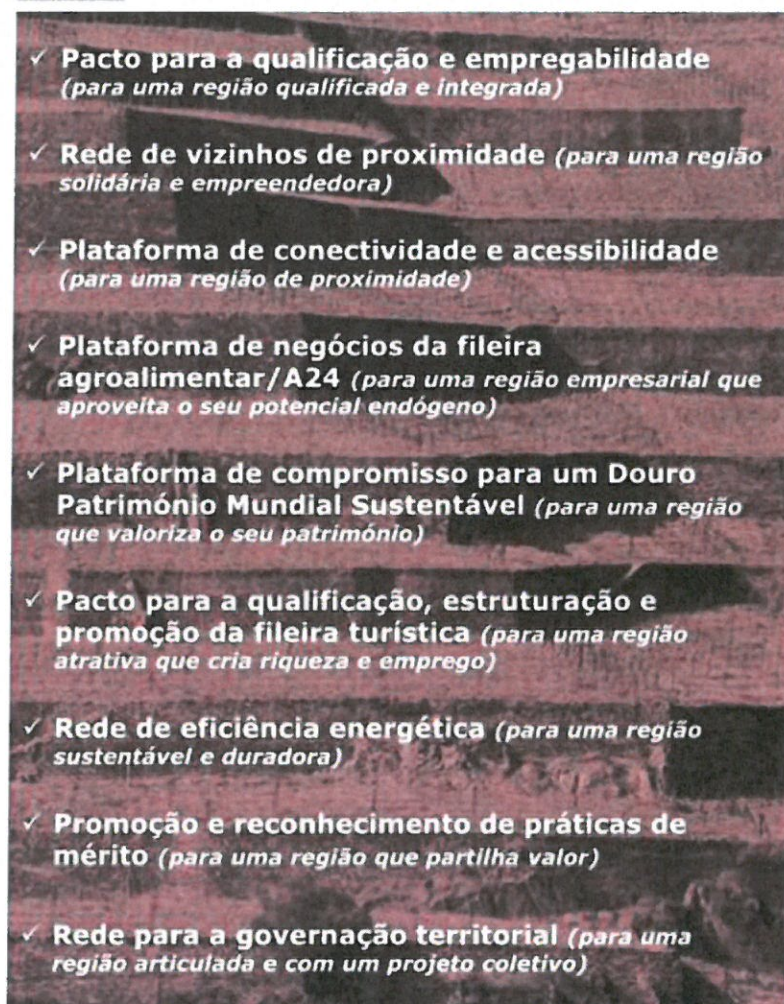
Articulação da visão, eixos e socalcos para um Vale do Douro Sul competitivo, coeso e conectado

Figura 5.2. Da visão e eixos estratégicos aos Socalcos para um Douro Sul competitivo, coeso e conectado



Os “socalcos” representados na figura seguinte consubstanciam os projetos de suporte estratégico da região do Douro Sul para o horizonte 2025.

Figura 5.1. Socalcos para um Vale do Douro Sul competitivo, coeso e conectado



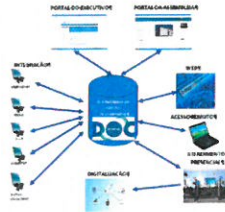
Fuente: AMVDS

Naturalmente que para a concretização e sucesso da Estratégia do Douro Sul 2025, será determinante o empenho e grande envolvimento dos municípios da AMVDS e de todos os atores regionais nos diversos domínios.

Aproveitando as oportunidades do Portugal 2020, procuraremos em 2016 desenvolver as iniciativas necessárias à concretização da Estratégia do Douro Sul 2025.



DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PROJETOS



Durante o ano de 2016 entendemos determinante consolidar uma estratégia que assente no reforço da AMVDS como espaço privilegiado para a concretização de projetos que contribuam para o desenvolvimento da região.

Desenvolver projetos que consolidem **redes comuns de partilha e de conhecimento**, em benefício de toda a região.

Pretendemos em 2016 desenvolver iniciativas de carácter imaterial, necessárias à **preparação da implementação da estratégia do Douro Sul 2025**.

Em linha com o que vindo a acontecer nos últimos anos, pretendemos continuar a desenvolver a atividade da AMVDS de forma a reforçar a cooperação institucional entre os municípios e que potencie a competitividade do território do Douro Sul.

Assim, ainda que em função da evolução do novo Portugal 2020 se possam desenvolver outras iniciativas e projetos, pretendemos em 2016:

- ✓ Executar o projeto **“Jornadas Temáticas do Douro Sul”** e **“Conferências do Douro Sul”**, com o objetivo de promover a reflexão sobre a região, reforçando ganhos de consciência coletiva e envolvendo os principais atores da região, de forma articulada, em torno da estratégia a seguir.

- ✓ Iniciar os trabalhos de implementação da **“estratégia de desenvolvimento do Douro Sul 2025”**, nomeadamente a constituição de equipas de acompanhamento e monitorização e criação de plataformas de comunicação e divulgação do projeto.
- ✓ Desenvolvimento do projeto **“Desmaterialização de Procedimentos dos Municípios do Douro Sul - Criação da Rede Comum de Conhecimento”**, depois da generalidade dos municípios terem avançado com ações que visam a desmaterialização de procedimentos, importa criar na AMVDS uma Rede Comum de Conhecimento e partilha de boas práticas, que vise a consolidação de projetos de modernização e simplificação administrativa.
- ✓ Desenvolver o projeto **“Passeio Ribeirinho do Douro - Ciclovia N222”**, condicionado à obtenção de financiamento do Portugal 2020;
- ✓ Participação no projeto **“Sistema Integrado de Coordenação de Desastres”** a realizar em parceria com a Dirección General de Seguridad Ciudadana y Emergencias da Región de Murcia, no âmbito do programa Interreg Sudoe;
- ✓ Execução do projeto **“Teatro do Montemuro - Itinerância 2016”**;
- ✓ Sempre que se entenda pertinente e assegurado financiamento no Portugal 2020, no âmbito do projeto que se pretende desenvolver **“Formação Profissional do Douro Sul”**, desenvolver-se-ão ações de formação direcionadas aos recursos humanos municipais
- ✓ Manter o **apoio técnico** aos associados, nomeadamente na área de **topografia e arquitetura**;
- ✓ Dinamizar o projeto **“Fórum Municipais”**, com intervenientes de todos os municípios e coordenação da AMVDS, com o objetivo de reforçar a cooperação e a formação;
- ✓ Desenvolver o projeto **“Mobilidade no Douro Sul - Transportes”**, alavancar na AMVDS a realização de um estudo que efetue o

enquadramento e a estratégia a seguir neste domínio da atividade municipal.

- ✓ Participação e envolvimento da AMVDS no projeto “Portugal Sou Eu”.
- ✓ Promover a **constituição de grupos de trabalho** e estudo em matérias de interesse dos municípios, **como por exemplo a verticalização dos sistemas de água;**

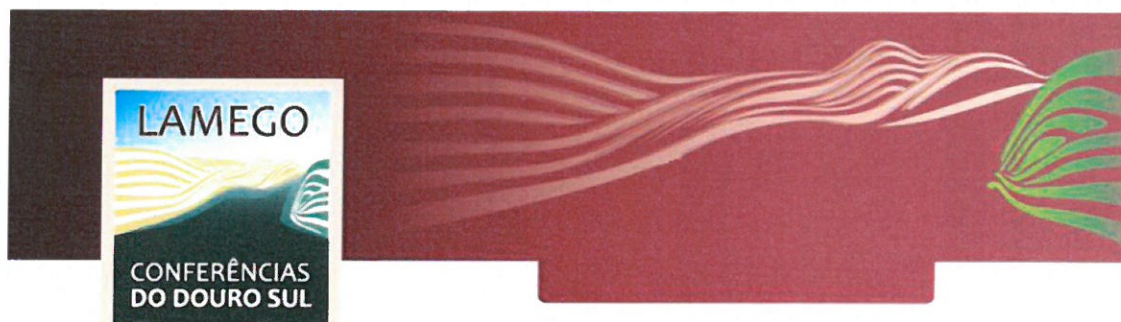


DOCUMENTOS PREVISIONAIS

PLANO DE ATIVIDADES INTERMUNICIPAL

Conforme já referido, os documentos previsionais serão ajustados em função do desenvolvimento do Portugal 2020, destacando-se algumas ações relevantes para a atividade da AMVDS e dos municípios associados.

Projeto: “Jornadas Temáticas do Douro Sul” e “Conferências do Douro Sul”



Entendendo que as edições das conferências do Douro Sul realizadas em anos anteriores foram importantes para a afirmação da AMVDS no contexto regional e nacional entendemos necessário redesenhar o conceito e promover uma maior envolvimento dos atores locais dos diversos setores de atividade, visando a reflexão e o debate em torno das problemáticas e das estratégias a desenvolver no Douro Sul.

Pretendemos desenvolver este projeto em 2016, propondo o seguinte formato:

- Realização das **Jornadas Temáticas do Douro Sul** (três ações 1º, 2º e 3º trimestre), definindo-se os setores a incluir em cada jornada, convidando-se a participar os atores e interessados do setor em causa, da região e sempre que possível envolver a participação de especialistas da região ou fora dela.
- Realização no 4º trimestre das **Conferências do Douro Sul**, fórum em que se apresentam as principais conclusões das Jornadas do Douro Sul, contando com a presença dos participantes nas Jornadas e da comunidade do Douro Sul em geral.

Será importante avaliar em tempo oportuno, a possibilidade de obtenção de financiamento no âmbito do Portugal 2020.

Projeto: “Estratégia de desenvolvimento do Douro Sul 2025”



DOURO SUL 2025

O plano elaborado pela equipa do Prof. Augusto Mateus e que contou com a participação e envolvimento dos atores locais dos diversos setores, em especial dos municípios, “**Estratégia de desenvolvimento Vale do Douro Sul 2025**” permite à AMVDS dispor de um importantíssimo instrumento de gestão que sendo um “guião aberto”, contém o alinhamento estratégico da região para os próximos anos.

Naturalmente para que um plano seja implementado e se atinjam os objetivos definidos, há necessidade de colocar em marcha ações concretas que visem essa implementação.

Para além da estratégia, do estudo também se pode constatar que uma das debilidades da região se centra ao nível da articulação institucional a diversos níveis.

Considerando ainda que em 2016 com a entrada em pleno funcionamento do Portugal 2020, que representará uma janela de oportunidade para o desenvolvimento da região, entendemos pertinente desde logo que a AMVDS efetue uma avaliação permanente destas oportunidades e da possibilidade da implementação de projetos na região que materializem a estratégia de desenvolvimento.

Assim, atendendo ao referido anteriormente e ainda, porque acreditamos que aos atores da região se pede determinação na implementação da estratégia,

Projeto: “Passeio Ribeirinho do Douro - Ciclovia N222”



Este projeto que envolve os municípios de Lamego, Armamar, Tabuaço e S. João da Pesqueira cuja concretização depende da obtenção de financiamento no âmbito do Portugal 2020, representa para os municípios envolvidos e para a região, uma grande aposta com enormes reflexos essencialmente ao nível do setor do turismo.

Projeto: “Sistema Integrado de Coordenação de Desastres”



A AMVDS tem assumido um papel relevante ao nível da coordenação da política de proteção civil de âmbito municipal e supramunicipal, tendo no quadro comunitário anterior assumido a liderança da candidatura relativa aos planos municipais de proteção civil.

No seguimento destes investimentos realizados pelos municípios da AMVDS, importa dar continuidade a esta política de proteção civil e aproveitar as oportunidades de financiamento existentes, assim pretendemos realizar em parceria com a Dirección General de Seguridad Ciudadana y Emergencias da Región de Murcia, o projeto “Sistema Integrado de Coordenação de Desastres”, financiado no âmbito do programa Interreg Sudoe.

Projeto: “Formação Profissional Autárquica do Douro Sul”



São cada vez maiores as necessidades de formação dos recursos humanos municipais, de modo a que se preste um serviço de qualidade aos munícipes e entidades.

A produção de legislação com reflexos na atividade municipal, a um ritmo acelerado e constante, obriga a atualização permanente de conhecimentos por parte dos recursos humanos municipais.

São bem evidentes as vantagens de se abordar esta temática a uma escala mais alargada que a municipal, por um lado pela **rentabilização dos recursos**, por outro pela **partilha de experiências e informação** que se consegue.

Assim, sempre que se entenda pertinente, a AMVDS apresentará candidaturas para financiamento de formação dos recursos humanos municipais.

Projeto: “Serviços de Topografia e Arquitetura”



Conforme tem acontecido nos últimos anos, em 2016 continuaremos a desenvolver o projeto de serviços de topografia e arquitetura. Neste domínio a Associação tem vindo a prestar um bom serviço aos municípios o que continuaremos a fazer, mantendo o princípio de equilíbrio na utilização destes serviços por todos os municípios.

Projeto: “Fóruns Municipais”



A partilha de conhecimento e a busca de soluções a uma escala mais alargada para problemáticas comuns, é e continuará a ser determinante para a melhoria da qualidade do serviço prestado pelos nossos municípios.

Desde as finanças municipais, aos sistemas de abastecimento de água, a recolha de resíduos, a contratação pública, etc. abordamos problemáticas transversais a todos os municípios, podendo-se assegurar as melhores soluções em fóruns de trabalho alargados dos municípios, onde através da partilha de conhecimentos, ou pontualmente através do recurso a especialistas em cada matéria, se ganhe uma consciência coletiva.

Em diversos documentos que abordam as questões do desenvolvimento e modernização nacional e regional, se encontram referências e linhas estratégicas que apontam no sentido de se encontrarem as estratégias adequadas de implementação de soluções de modernização administrativa da administração central e local, que assentem na replicação de boas práticas de modernização administrativas existentes.

Como é óbvio, os municípios do Douro Sul, dada a sua homogeneidade em termos de dimensão, nas diversas áreas de atribuições e competências, apresentam problemas comuns que merecem soluções semelhantes.

Com o projeto “Fóruns Municipais”, pretende-se criar espaços de debate/trabalho com o objetivo de harmonizar soluções para problemáticas comuns.

Desta forma, serão organizados fóruns temáticos e remetida a todos os municípios os técnicos de cada área que participarão.

A coordenação dos fóruns será dos colaboradores da associação, que apresentarão uma metodologia de trabalho a discutir e aprovar por todos os participantes aprovando também a agenda de cada fórum, podendo também quando se entenda pertinente solicitar a colaboração de especialistas externos.

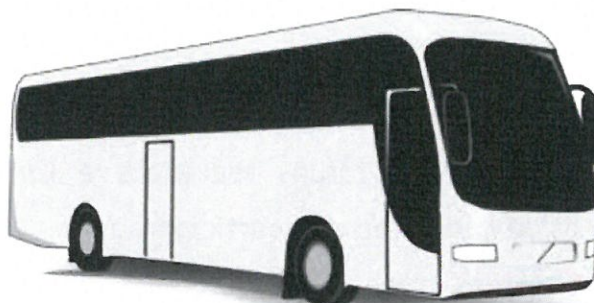
Os fóruns serão organizados em temas, em conformidade com as áreas de atuação municipal e cada fórum temático terá a sua metodologia e agenda.

Exemplo de fóruns a propor:

- Fórum Finanças Locais;
- Fórum Urbanismo;
- Fórum Ambiente;
- Fórum Obras Públicas e Municipais;
- Fórum Recursos Humanos;
- Fórum Educação, Cultura e Ação Social
- Fórum Tecnologias de Informação e Comunicação
- Fórum Modernização Administrativa

Este projeto assume-se de grande relevância ao nível da capacitação institucional, associado a eventual financiamento no âmbito do QEC representará certamente um ganho de qualidade, eficácia e eficiência das estruturas municipais com reflexos na competitividade do território.

Projeto: “Mobilidade no Douro Sul - Transportes”



A mobilidade nos municípios do Douro-Sul através de carreiras regulares de transportes públicos é assegurada em cada município por operadores privados. No que respeita aos transportes escolares, constata-se a existência de alguma diversidade de modelos nos municípios, sendo em alguns assegurado exclusivamente por operadores privados, noutros em modelo misto de privado e município e noutros exclusivamente autárquicos de municípios e freguesias.

Esta é uma temática em que a abordagem a uma escala mais alargada que a municipal poderá resultar em ganhos de escala e sinergias que poderão resultar num serviço de maior qualidade e com redução de custos para os municípios.

Para além de outras questões que certamente se colocarão em fase de avaliação e planeamento, algumas das decisões recentes do governo resultaram no encerramento e reestruturação de diversos serviços de proximidade como os tribunais ou centros de saúde, introduzindo nos territórios, em especial os do interior, novas necessidades de resposta a novos fluxos de mobilidade de cidadãos.

Pretende-se com este projeto, alavancar na AMVDS um estudo de mobilidade para os municípios do Douro Sul, englobando os serviços de transportes públicos em carreiras regulares e transportes escolares.

incorporação nacional, bem como sensibilizá-lo para o contributo que a produção nacional tem ao nível da geração de emprego e dinamização da oferta nacional e retoma do crescimento económico.

- **Eixo II Empresas** - procurando consciencializar as empresas para o valor que estão a criar na economia, bem como para o seu papel enquanto consumidoras intermédias de bens e serviços e dinamizadoras das empresas que se encontram na sua cadeia de valor de produção
- **Eixo III Entidades Públicas** - procurando reforçar o papel das compras públicas enquanto dinamizadoras do tecido empresarial, nomeadamente PME, bem como estimular o sector empresarial do Estado a contribuir para a concretização dos objetivos do programa.

Assim, com o presente projeto pretende a AMVDS constituir-se como parceiro na implementação na região, deste projeto de âmbito nacional.



ORÇAMENTO

Orçamento

Orçamento



O orçamento é o documento que engloba a previsão de receitas e despesas, desagregadas segundo a classificação económica. O orçamento apresenta uma receita e despesa total de 560.000,00€, sendo que a receita e despesa corrente ascende a 439.000,00€ e a receita e despesa de capital a 121.000,00€.

No quadro seguinte apresenta-se o resumo do orçamento para 2016.

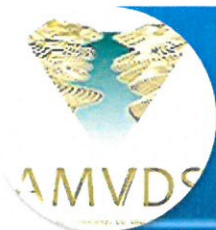
Q.1 – Resumo do Orçamento

RESUMO DO ORÇAMENTO - 2016			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	439.000,00	Correntes	439.000,00
De capital	121.000,00	De capital	121.000,00
Total Geral (A)	560.000,00	Total Geral (B)	560.000,00

O quadro seguinte apresenta a desagregação das receitas por classificação económica.

Q.2 – Receitas e Despesas por classificação económica

RECEITAS	Valor	%	DESPESAS	Valor	%
RECEITAS CORRENTES	439.000,00	78,4%	DESPESAS CORRENTES	439.000,00	78,4%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3.000,00	0,5%	DESPESAS COM O PESSOAL	177.350,00	31,7%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	433.700,00	77,4%	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	255.150,00	45,6%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.000,00	0,4%	JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.500,00	0,4%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300,00	0,1%	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.500,00	0,4%
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500,00	0,3%
RECEITAS DE CAPITAL	121.000,00	21,6%	DESPESAS DE CAPITAL	121.000,00	21,6%
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	500,00	0,1%	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	115.000,00	20,5%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	120.100,00	21,4%	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	6.000,00	1,1%
ACTIVOS FINANCEIROS	200,00	0,0%			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200,00	0,0%			
TOTAL	560.000,00	100,0%	TOTAL	560.000,00	100,0%



NOTA FINAL

Os documentos previsionais da AMVDS apresentam os projetos e ações a desenvolver em 2016 e as linhas estratégicas que orientarão a atividade nos próximos anos.

Atendendo à a homogeneidade e a proximidade dos municípios que integram a AMVDS, enfrentando problemas e desafios similares, entendemos que a associação continua a assumir um papel extremamente relevante na construção de um **território do Douro Sul mais coeso, mais solidário e mais conectado.**

O período de grandes dificuldades que atravessamos é também um momento de grandes desafios e oportunidades, que exige de instituições como a AMVDS um papel atuante no contexto regional em que se insere.

O novo **quadro de financiamento comunitário Portugal 2020** surge em 2016 como uma janela de oportunidades para o Douro Sul, tendo a AMVDS com elaboração do plano de desenvolvimento estratégico do Douro Sul 2025 lançado as bases que nortearão a atuação dos diversos atores regionais no sentido do reforço da competitividade do território.

Assumimos o início da implementação da estratégia de desenvolvimento do Douro Sul 2025 e em função do andamento do Portugal 2020, em 2016 proporemos a concretização ações e projetos que a materializem.

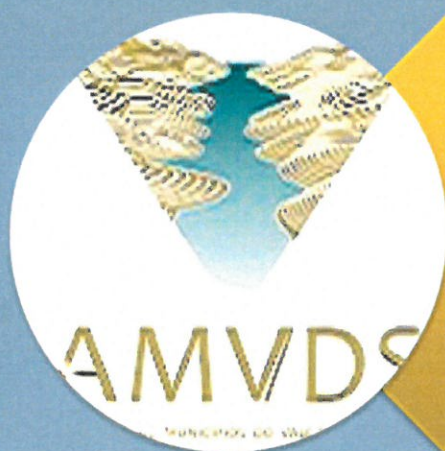
Entendemos determinante a consolidação de uma rede comum de conhecimento e partilha de boas práticas com evidentes ganhos para todos os municípios.

Finalmente reitera-se a importância de todos os municípios se envolverem de forma empenhada na dinâmica da AMVDS, objetivando alcançar sucesso na estratégia delineada que consequentemente resultará na melhoria da qualidade de vida das nossas populações.

Lamego, 29 de dezembro de 2015.

O Conselho Diretivo





ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA

	DATAS DAS DELIBERAÇÕES	
	Conselho Directivo	Assembleia Intermunicipal
Inicial		
Revisão		
Alteração		
Observações:		

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	RECEITAS CORRENTES	439.000,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3.000,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	3.000,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	3.000,00
05.02.01.01	Juros - CGD	1.500,00
05.02.01.02	Juros - Millenium BCP	1.500,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	433.700,00
06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	3.000,00
06.01.01	PÚBLICAS	2.000,00
06.01.01.02	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1.000,00
06.01.01.99	Outras	1.000,00
06.01.02	PRIVADAS	1.000,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	100.000,00
06.03.01	ESTADO	50.000,00
06.03.01.99	Outros	50.000,00
06.03.06	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	50.000,00
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	329.700,00
06.05.01	CONTINENTE	329.700,00
06.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1.000,00
06.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1.000,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.000,00
07.01	VENDA DE BENS	1.000,00
07.01.99	OUTROS	1.000,00
07.02	SERVIÇOS	1.000,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	1.000,00
07.02.09.99	Outros	1.000,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300,00
08.01	OUTRAS	300,00
08.01.99	OUTRAS	300,00
08.01.99.01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	100,00
08.01.99.02	Indemnizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou outros equipamentos	100,00
08.01.99.99	Diversas	100,00
	RECEITAS DE CAPITAL	121.000,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	500,00
09.01	TERRENOS	100,00
09.01.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	100,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	400,00
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	200,00
09.04.01.02	Maquinaria e Equipamento	100,00
09.04.01.03	Outros	100,00
09.04.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CONTINENTE	100,00
09.04.06.02	Maquinaria e Equipamento	100,00
09.04.10	FAMÍLIAS	100,00
09.04.10.02	Maquinaria e Equipamento	100,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	120.100,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	40.000,00
10.03.01	ESTADO	100,00
10.03.01.99	Outros	100,00
10.03.07	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	39.900,00
10.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	80.000,00
10.05.01	CONTINENTE	80.000,00
10.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00
10.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00
11	ACTIVOS FINANCEIROS	200,00
11.08	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	100,00
11.08.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	100,00
11.10	ALIENAÇÃO DE PARTES SOCIAIS DE EMPRESAS	100,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200,00
13.01	OUTRAS	200,00
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	100,00
13.01.99	OUTRAS	100,00
TOTAL DAS RECEITAS		560.000,00

CONSELHO DIRETIVO

Em 14 de Janeiro de 2016

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

Em 14 de Janeiro de 2016

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	DESPESAS CORRENTES	439.000,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL	177.350,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	149.900,00
01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DA FUNÇÃO PÚBLICA	49.000,00
01.01.03.01	Pessoal em Funções	48.000,00
01.01.03.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho	1.000,00
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	26.000,00
01.01.06.01	Pessoal em Funções	10.000,00
01.01.06.03	Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	1.000,00
01.01.06.04	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	15.000,00
01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	55.000,00
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	100,00
01.01.11	REPRESENTAÇÃO	4.800,00
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	4.500,00
01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	10.000,00
01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	500,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	1.750,00
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	500,00
01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	250,00
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	1.000,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	25.700,00
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	1.500,00
01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	1.500,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	20.500,00
01.03.05.01	Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)	1.000,00
01.03.05.02	Segurança Social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	18.500,00
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	12.000,00
01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	6.500,00
01.03.05.03	Outros	1.000,00
01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	700,00
01.03.09	SEGUROS	1.500,00
01.03.09.01	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.500,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	255.150,00
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	12.400,00
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	4.500,00
02.01.02.01	Gasolina	1.000,00
02.01.02.02	Gasóleo	1.000,00
02.01.02.99	Outros	2.500,00
02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	500,00
02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	100,00
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1.000,00
02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	2.500,00
02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	1.000,00
02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	150,00
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	150,00
02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	500,00
02.01.21	OUTROS BENS	2.000,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	242.750,00
02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	2.000,00
02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	2.500,00
02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	700,00
02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	200,00
02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	200,00
02.02.09	COMUNICAÇÕES	4.500,00
02.02.10	TRANSPORTES	150,00
02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	7.000,00
02.02.12	SEGUROS	1.200,00
02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	1.000,00
02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	53.000,00
02.02.15	FORMAÇÃO	21.200,00

020216

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	25.000,00
02.02.17	PUBLICIDADE	5.000,00
02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	100,00
02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1.000,00
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	43.000,00
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	75.000,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.500,00
03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	1.000,00
03.02.01	DESPESAS DIVERSAS	1.000,00
03.04	JUROS TRIBUTÁRIOS	500,00
03.04.02	OUTROS	500,00
03.05	OUTROS JUROS	500,00
03.05.02	OUTROS	500,00
03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	500,00
03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	500,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.500,00
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	2.500,00
04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	2.500,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500,00
06.02	DIVERSAS	1.500,00
06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	500,00
06.02.03	OUTRAS	1.000,00
06.02.03.05	Outras	1.000,00
	D E S P E S A S D E C A P I T A L	121.000,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	115.000,00
07.01	INVESTIMENTOS	115.000,00
07.01.03	EDIFÍCIOS	45.000,00
07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	45.000,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	20.000,00
07.01.04.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	20.000,00
07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	10.000,00
07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	35.000,00
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	5.000,00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	6.000,00
11.02	DIVERSAS	6.000,00
11.02.01	Restituições	1.000,00
11.02.99	Outras	5.000,00
	TOTAL GERAL DAS DESPESAS	560.000,00

CONSELHO DIRETIVO

Em 14 de Janeiro de 2016

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

Em 14 de Janeiro de 2016

RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO DOURO SUL

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	439.000,00	Correntes	439.000,00
De capital	121.000,00	De capital	121.000,00
Total	560.000,00	Total	560.000,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	560.000,00	Total Geral	560.000,00

CONSELHO DIRETIVO

Em 14 de agosto de 2016

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

Em 14 de agosto de 2016

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2016

RECEITAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS		
02 IMPOSTOS INDIRECTOS		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES		
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	3.000,00	0.5
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	433.700,00	77.4
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.000,00	0.4
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300,00	0.1
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	439.000,00	78.4
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	500,00	0.1
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	120.100,00	21.4
11 ACTIVOS FINANCEIROS	200,00	0.0
12 PASSIVOS FINANCEIROS		
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	121.000,00	21.6
TOTAL GERAL	560.000,00	100.0

DESPESAS	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	177.350,00	31.7
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	255.150,00	45.6
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	2.500,00	0.4
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.500,00	0.4
05 SUBSÍDIOS		
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500,00	0.3
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	439.000,00	78.4
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	115.000,00	20.5
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
09 ACTIVOS FINANCEIROS		
10 PASSIVOS FINANCEIROS		
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	6.000,00	1.1
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	121.000,00	21.6
TOTAL GERAL	560.000,00	100.0

CONSELHO DIRETIVO

Em 14 de Janeiro de 2016

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

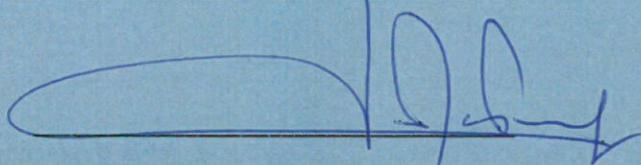
Em 14 de Janeiro de 2016

ORÇAMENTO

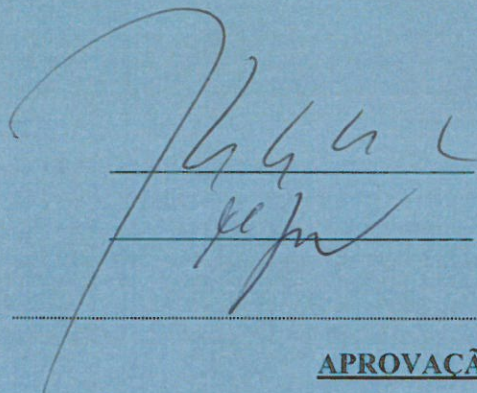
ENCERRAMENTO

O presente orçamento da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, que importa tanto na receita como na despesa, no total de **quinhentos e sessenta mil euros (560.000,00€)**, devidamente rubricado, foi aprovado, por (2) unanimidade, em projeto-proposta pelo Conselho Directivo, de harmonia com o disposto na alínea c) do artigo 13º dos Estatutos da Associação, na reunião (3) ordinária realizada no dia 29 de dezembro de 2015, para ser presente à Assembleia Intermunicipal.

O Presidente do Conselho Directivo



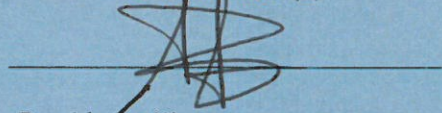
Os Vogais,



APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

O Orçamento que antecede, proposto pelo Conselho Directivo conforme sua deliberação de 29 de dezembro de 2015, foi presente e aprovado por (2) unanimidade em conformidade com a alínea g) do artigo 10º dos Estatutos da Associação, em sessão (3) ordinária da Assembleia Intermunicipal, que se realizou em 29 de dezembro de 2015 tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pela mesa que abaixo assinam.

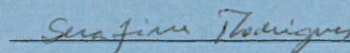
O Presidente (1)



O Vice-Presidente (1)



O Secretário (1)



Para dar cumprimento ao artigo 4 do Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro, foi expedido edital datado de / / , dando publicidade a este Orçamento.

- (1) - Rubricar também as folhas e anexos.
- (2) - Indicar por unanimidade ou por maioria.
- (3) - Ordinária ou extraordinária

Andrea Santiago

Zany

M...}

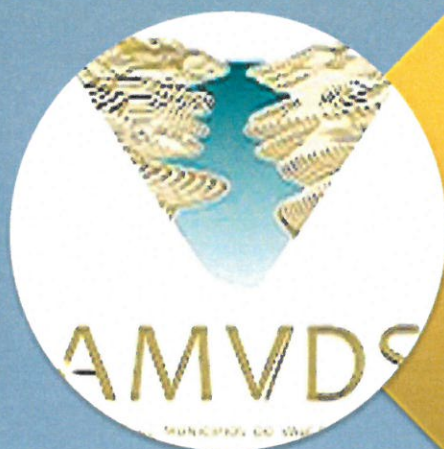
W...}

Christina Ferreira

João Silva

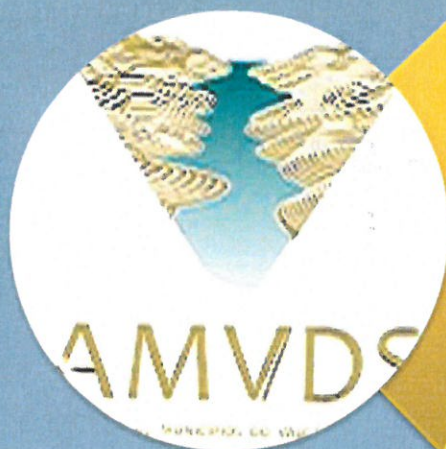
Y...}

Marina Ramos



**GRANDES OPÇÕES DO
PLANO**

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2016



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

	DATAS DAS DELIBERAÇÕES	
	Conselho Directivo	Assembleia Intermunicipal
Inicial		
Revisão		
Alteração		
Observações:		

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO	
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)						
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2017	2018		2019
1.	FUNÇÕES GERAIS			95.000,00	95.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	245.000,00
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL			95.000,00	95.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	245.000,00
2.	FUNÇÕES SOCIAIS			2.020.000,00	20.000,00	2.000.000,00	3.000.000,00	2.000.000,00	500.000,00	7.520.000,00
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO			2.020.000,00	20.000,00	2.000.000,00	3.000.000,00	2.000.000,00	500.000,00	7.520.000,00
4.	OUTRAS FUNÇÕES			6.000,00	6.000,00		6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
4.3.0.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS			6.000,00	6.000,00		6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
	TOTAL GERAL ...			2.121.000,00	121.000,00	2.000.000,00	3.056.000,00	2.056.000,00	556.000,00	7.789.000,00

CONSELHO DIRETIVO

Em 14 de Janeiro de 2016

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

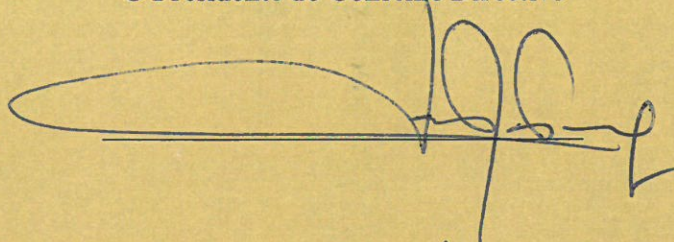
Em 14 de Janeiro de 2016

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

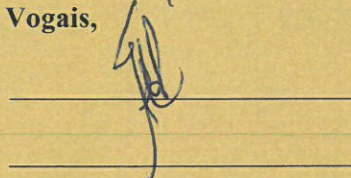
ENCERRAMENTO

O presente Plano Plurianual de Investimentos da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, que importa no total de **cento e vinte e um mil euros (121.000,00€)**, devidamente rubricado, foi aprovado, por (2) unanimidade, em projeto-proposta pelo Conselho Directivo, de harmonia com o disposto na alínea c) do artigo 13º dos Estatutos da Associação, na reunião (3) ordemária realizada no dia 19 de ^{fevereiro} ~~dezembro~~ de 2015, para ser presente à Assembleia Intermunicipal.

O Presidente do Conselho Directivo



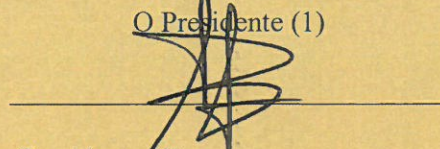
Os Vogais,



APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

O Plano Plurianual de Investimentos que antecede, proposto pelo Conselho Directivo conforme sua deliberação de 29 de dezembro de 2015, foi presente e aprovado por (2) unanimidade em conformidade com a alínea g) do artigo 10º dos Estatutos da Associação, em sessão (3) ordemária da Assembleia Intermunicipal, que se realizou em 19 de ^{fevereiro} ~~dezembro~~ de 2015 tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pela mesa que abaixo assinam.

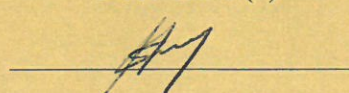
O Presidente (1)



O Vice-Presidente (1)



O Secretário (1)



Para dar cumprimento ao artigo 4 do Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro, foi expedido edital datado de ___/___/___, dando publicidade a este Plano Plurianual de Investimentos

- (1) - Rubricar também as folhas e anexos.
- (2) - Indicar por unanimidade ou por maioria.
- (3) - Ordinária ou extraordinária

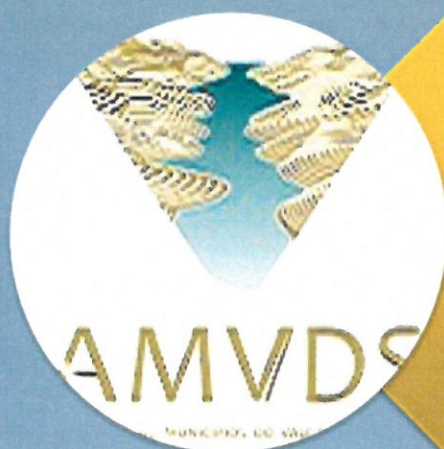
GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2016

Andrea Santiago

Zeus
Miguel
Ricardo

af
Hector del
Gustavo
Susana Neves

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2016



PLANO DE ACTIVIDADES INTERMUNICIPAL

	DATAS DAS DELIBERAÇÕES	
	Conselho Directivo	Assembleia Intermunicipal
<i>Inicial</i>		
<i>Revisão</i>		
<i>Alteração</i>		
<i>Observações:</i>		

[illegible]

FASES DE EXECUÇÃO

- | | |
|---|----------------------------------|
| 0 | - NÃO INICIADA |
| 1 | - COM PROJECTO TÉCNICO |
| 2 | - ADJUDICADA |
| 3 | - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50% |
| 4 | - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50% |
| 5 | - |
| 6 | - |
| 7 | - |
| 8 | - |
| 9 | - |
| P | - |

CONSELHO DIRETIVO

Em 14 de junho de 2016

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

Em 14 de Setembro de 2015

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
				ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUITES				
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2015	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIO	NÃO DEFINIDO	2017	2018	2019	OUTROS	
1.	FUNÇÕES GERAIS			81.000,00	81.000,00		80.000,00	80.000,00	80.000,00	321.000,00	
1.1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL			76.000,00	76.000,00		55.000,00	55.000,00	55.000,00	241.000,00	
1.2.1.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS			5.000,00	5.000,00		25.000,00	25.000,00	25.000,00	80.000,00	
	TOTAL GERAL ...			81.000,00	81.000,00		80.000,00	80.000,00	80.000,00	321.000,00	

CONSELHO DIRETIVO

Em 14 de Janeiro de 2016



ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

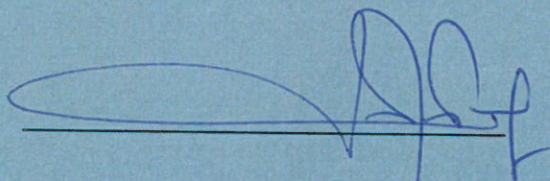
Em 14 de Junho de 2016

PLANO DE ACTIVIDADES INTERMUNICIPAL

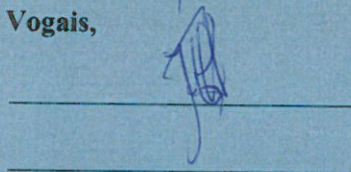
ENCERRAMENTO

O presente Plano de Actividades Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, que importa no total de **oitenta e um mil euros (81.000,00€)**, devidamente rubricado, foi aprovado, por (2) unanimidade, em projeto-proposta pelo Conselho Directivo, de harmonia com o disposto na alínea c) do artigo 13º dos Estatutos da Associação, na reunião (3) ordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2016, para ser presente à Assembleia Intermunicipal.

O Presidente do Conselho Directivo



Os Vogais,



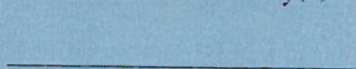
APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

O Plano de Actividades Intermunicipal que antecede, proposto pelo Conselho Directivo conforme sua deliberação de 29 de Dezembro de 2015 foi presente e aprovado por (2) unanimidade em conformidade com a alínea g) do artigo 10º dos Estatutos da Associação, em sessão (3) ordinária da Assembleia Intermunicipal, que se realizou em 19 de dezembro de 2015 tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pela mesa que abaixo assinam.

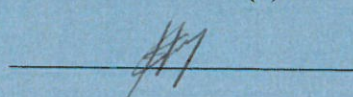
O Presidente (1)



O Vice-Presidente (1)



O Secretário (1)



Para dar cumprimento ao artigo 4 do Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro, foi expedido edital datado de ___/___/___, dando publicidade a este Plano de Actividades Intermunicipal

- (1) - Rubricar também as folhas e anexos.
- (2) - Indicar por unanimidade ou por maioria.
- (3) - Ordinária ou extraordinária

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2016

Andressa Santiago

zeuza

Uniz

Wilson

João Silva

Yasmin

Marina Xavier

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2016



MAPA DE PESSOAL (ARTIGO 29.º LGTFP)

Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Contrato de Trabalho Termo Resolutivo Certo (Providos)	Contrato de Trabalho Termo Resolutivo (a Prover)	Contrato em Funções Públicas (Providos)	Funções Públicas, Por Tempo Indeterminado (a Prover)	Número de Postos de Trabalho	OBS
Lei n.º 35/2014 de 20 de junho	Secretário Geral	-	0	0	1	0	1	Deliberação do C.A de 7/11/2008
Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projectos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividades de apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.	Técnico Superior	Gestão Autárquica	0	1	0	0	1	Contrato a termo resolutivo exting com o provimento do contrato d trabalho em funções públicas
Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadrados por directivas ou orientações superiores.		Arquitetura	0	1	0	0	1	
Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços.	Assistente Técnico	Topógrafo	0	0	1	0	1	
		Assistente Técnico	0	0	1	1	1	
Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em directivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correcta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.	Assistente Operacional	Auxiliar Serviços Gerais	0	0	1	0	1	
TOTAL			0	2	4	1	6	

Mapa Resumo dos Postos de Trabalho por Cargo/Carreira/Categoria		
Cargo/Carreira/Categoria	N.º Postos de Trabalho	Observações
Secretário Geral	1	Cargo criado pela Lei n.º 11/2003 de 13 de Maio
Técnico Superior	2	
Assistente Técnico	2	
Assistente Operacional	1	
TOTAL	6	

Atribuições da AMVDS- Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro - Aprova o Regime Jurídico do Associativismo Autárquico.

